

PREGÃO ELETRÔNICO: 84/2023

IMPUGNANTE: MECFLUX FLUÍDOS INDUSTRIAIS LTDA

I RELATÓRIO

Cuida-se de solicitação de análise jurídica referente ao questionamento apresentado pela empresa **MECFLUX FLUÍDOS INDUSTRIAIS LTDA** face ao edital nº PE74/2023, cujo objeto é a aquisição de lubrificantes.

Em síntese, a referida empresa apresentou impugnação ao instrumento convocatório, afirmando que o valor orçado pela Administração Pública Municipal não condiz com os preços usualmente praticados no mercado. Relatou que o valor de referência é inferior ao usual, o que inviabiliza sua participação no certame.

Requer, portanto, a reforma dos valores dos itens 9,11,12,14,15,16,17,19,21,34,36,37,38,42,43,44,45,46 e 48.

É o breve relatório. Passa a opinar.

III DA ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, tem-se que o processo licitatório em tela foi instruído, tempestivamente, à luz da Lei Federal nº 8.666/93. Não obstante, considerando o regime legal de transição, fato é que os contratos inicialmente regidos pela Lei nº 8.666/93 continuam por ela vigentes.

Sendo assim, a presente análise jurídica baseia-se nas normas e princípios da referida Lei.

Além disso, é importante ressaltar que a presente análise se limita às questões meramente jurídicas, tendo como objetivo o controle da legalidade e a lisura do certame. Desse modo, eventual questionamento de natureza técnica deverá ser esclarecido junto ao setor competente.

Pois bem.

As contratações públicas, sejam decorrentes de procedimento licitatório ou de contratação direta, devem ser precedidas de pesquisa de preços. Tanto a Lei nº 8.666/93 (art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II) quanto a Lei nº 10.520/02 (art. 3º, inc. III) exigem a elaboração do orçamento estimado para a identificação precisa dos valores praticados no mercado para objeto similar ao pretendido pela Administração.

No presente caso, questiona-se a compatibilidade do preço orçado pela Administração frente aos valores praticados no mercado, pois, segundo a impugnante, o valor de referência da Administração não condiz com os preços atuais de mercado.

Contudo, não se vislumbra qualquer incompatibilidade na pesquisa de preços.

Sobre o assunto, o Superior Tribunal de Justiça¹ já se posicionou a respeito, indicando qual critério a ser empregado para determinar quando utilizar a média, a mediana ou o preço mínimo para definição do preço de mercado nas licitações. Segundo o STJ, a utilização do preço mínimo é o mais aconselhável quando se adota um mecanismo de avaliação de preços que desconsidera os valores inexequíveis e os excessivamente elevados e se, o objeto a ser contratado, não apresentar um histórico elevado de licitações desertas por motivo de estimativa de preços considerada inexequível.

A utilização da mediana, por sua vez, é aconselhável quando a pesquisa se apresenta de forma heterogênea, ou seja, quando há influência dos extremos dos dados coletados.

Já a média é indicada, quando a administração julgar não ser mais adequada a utilização do preço mínimo e quando os preços estão dispostos de forma homogênea, sem a presença de valores extremos, ou seja, quando é adotado um método de avaliação que exclui os inexequíveis e os excessivamente elevados.

Ainda no âmbito da Lei N. 8.666/1993, a Instrução Normativa nº 73/2020, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, prevê, em seu art. 6º, os critérios a serem utilizados para a pesquisa de preços:

¹ STJ, Manual de Orientação: Pesquisa de Preços. 4ª Edição. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/publicacaoinstitucional/index.php/MOP/issue/archive>

Art. 6º Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

No caso em apreço, a Administração utilizou a **média aritmética** entre os preços coletados. Este parâmetro, inclusive, é o mais indicado em razão da homogeneidade dos valores apresentados na planilha de preços, a qual segue anexa aos autos.

A impugnante afirma que os valores são incompatíveis aos de mercado, mas não traz nenhuma prova para comprovar o que alega. **Apenas se limitou a trazer uma tabela cuja referência é o seu próprio preço.**

Em sua impugnação, não há menção quanto à memória de cálculo utilizada para demonstrar eventual disparidade nos preços, não consta a relação de valores usualmente praticados por outros fornecedores do mesmo ramo, sequer consta o parâmetro utilizado pela impugnante no momento da estimativa de seus preços.

Por outro lado, no orçamento estimado pela Administração, constam diversos meios de pesquisa, em estrita observância à legislação. Há consulta junto ao painel de preços, portal de compras BLL, comparação em contratações

similares anteriores junto à Administração, bem como pesquisa junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas e Tribunal de Contas Estado do Paraná, restando evidente, portanto, a coerência dos preços junto ao mercado atual.

Sendo assim, não se verifica nenhuma irregularidade no momento da realização da pesquisa de preços, razão pela qual devem ser mantidos os valores.

III CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pela TOTAL IMPROCEDÊNCIA da impugnação, eis que inexistentes quaisquer indícios de ilegalidade no caso em questão.

Bocaiúva/PR, 05 de fevereiro de 2024.



Jefferson Costa Vilela Pereira

OAB/RJ n° 221.547 | OAB/BA n° 63.686 | OAB/DF n° 75.483